

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
1. ENQUADRAMENTO E SEQUÊNCIA DA EXPOSIÇÃO	9
2. A PRETENDIDA EXAUSTIVIDADE DA REFORMA DO REGIME DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PRODUTOR	15
2.1. O alcance subjetivo da responsabilidade do produtor	16
2.2. O controlo dos perigos associados ao funcionamento dos sistemas de inteligência artificial	22
2.3. Os espaços em branco	27
2.3.1. As discrepâncias sobre os danos ressarcíveis	28
2.3.1.1. A discriminação	29
2.3.1.2. A ofensa às dimensões morais da personalidade	31
2.3.1.3. A violação de direitos de propriedade intelectual	32
2.3.1.4. Os danos patrimoniais puros	40
2.3.1.5. As lesões à sustentabilidade	40
2.3.2. O âmbito material de um regime autónomo de responsabilidade	41
3. A PRETENDIDA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA A HARMONIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO UTILIZADOR DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SEGUNDO UMA IMPUTAÇÃO SEM CULPA	47
3.1. A falta de um poder de controlo do utilizador	47

3.2. A salvaguarda prestada pelos regimes nacionais de imputação sem culpa	49
3.3. As motivações de uma responsabilidade objetiva do utilizador de sistemas de inteligência artificial	51
3.3.1. A tendência desenhada no debate europeu	51
3.3.2. A prevalência das vantagens sobre as desvantagens de uma responsabilidade sem culpa aplicável à inteligência artificial	56
3.3.3. A testagem da inteligência artificial	59
4. A PRETENDIDA DESNECESSIDADE DE UMA RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RAZÃO DO ESTADO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	65
4.1. Entre a inovação e a precaução. Os desajustamentos na responsabilidade	66
4.1.1. Os princípios da inovação e da precaução: fundamentos e alcance	67
4.1.2. A aplicação dos princípios da inovação e da precaução na regulação da inteligência artificial	70
4.1.2.1. A delimitação dos sistemas de inteligência artificial de risco elevado	72
4.1.2.2. A avaliação de impacto dos sistemas de inteligência artificial de risco elevado sobre os direitos fundamentais	75
4.1.2.3. A avaliação da conformidade	76
4.1.3. A precaução na responsabilidade civil	76
5. UMA LEITURA CORRETIVA DA INDEMNIZAÇÃO DOS DANOS	81
SÍNTESE	87
BIBLIOGRAFIA (DOCTRINA)	91